



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

657

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0004500-76.2014.8.17.0000 (0334174-6)**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: SANDRO CIRIACO DE PAULA**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART 121, § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL). PRELIMINARES DE NULIDADE, ANTE A INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO SEM A PRESENÇA DE SEU DEFENSOR CONSTITUÍDO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DAS QUALIFICADORAS DO HOMICÍDIO. PRELIMINARES REJEITADAS. NO MÉRITO, INCONFORMISMO MANIFESTADO PELA DEFESA, ALMEJANDO A IMPRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA ACERCA DA INOCÊNCIA DO RECORRENTE. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. PREVALÊNCIA DA COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL ASSEGURADA AO TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A ausência de intimação da expedição de carta precatória constitui nulidade relativa, nos termos da Súmula nº 155 do STF, dependendo de demonstração de efetivo prejuízo, o que não ocorreu na hipótese vertente, porquanto ainda que o patrono constituído pelo recorrente não tenha comparecido à oitiva da testemunha, o juízo singular nomeou defensor público para a realização do ato, justamente para garantir a defesa dos interesses do acusado, motivo pelo qual não se vislumbra a ocorrência de prejuízo. Preliminar rejeitada.



658

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

2. A exclusão das qualificadoras na decisão de pronúncia somente deve acontecer quando manifestamente improcedentes e descabidas, o que não se verifica nos autos. Preliminar rejeitada.
3. Para que se prolate decisão de pronúncia, é suficiente, como no caso em comento, a comprovação da materialidade, bem como a presença de indícios de autoria, pois, mesmo pairando dúvidas, não há que se falar em impronúncia. Nesta fase procedimental, as dúvidas resolvem-se em favor da competência constitucionalmente assegurada ao Tribunal do Júri, em detrimento do brocardo jurídico *in dubio pro reo*.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso em Sentido Estrito nº 0334174-6 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão de pronúncia do Juízo *a quo*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1º de julho de 2014

  
**DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
Presidente/Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0004500-76.2014.8.17.0000 (0334174-6)**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: SANDRO CIRIACO DE PAULA**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Sandro Ciriaco de Paula** contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, que o pronunciou como incurso nas penas do art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Consta na denúncia que no dia 10 de abril de 2011, por volta de 1h40, a vítima Maykson Clécio da Silva, conhecido como "Peão", estava em companhia de vários rapazes, em frente ao Clube Guarary, onde costumava traficar drogas, quando foi atraída pelo denunciado Elias Joaquim Pereira Filho, vulgo "Chupeta", para a parte de trás do referido clube, onde foi cercado pelo denunciado Sandro Ciriaco de Paula, vulgo "Pirro", e pelo adolescente W.C.P., vulgo "Biza", os quais passaram a atirar contra a vítima, estando no local, ainda, os falecidos Alef Vasconcelos de Oliveira, Marzukyeverson Cavalcanti de Castro e Márcio Cardoso Roque, os quais impediram a fuga da vítima, a qual após receber os primeiros disparos ainda conseguiu correr, vindo a tombar em frente ao Quebrado's Bar, sendo, finalmente, assassinada e, mesmo após o homicídio, as pessoas de Marzukyeverson, Márcio, Alef e Elias ainda proferiram chutes contra a vítima.

Tem-se que a vítima, de apenas 14 anos de idade, era traficante de drogas na localidade e agia, inicialmente, vendendo drogas para a turma da ADP, liderada pelo detento Paulo Sérgio da Costa, porém, posteriormente, ele teria passado a vender drogas para o grupo rival, conhecido como "Bonde do Salsa". Contudo, devido a guerra existente entre as duas facções criminosas, a vítima teria apontado para execução um componente da ADP, Diego Cavalcanti de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

652  
A

Farias. No dia do referido homicídio, Diego estaria acompanhado de George Paula de Lima, irmão do denunciado Sandro e primo do adolescente W.C.P.

Consta ainda que, para desviar a atenção da polícia dos componentes do "Bonde do Salsa", a vítima teria espalhado na comunidade que os autores do referido homicídio seriam Elias e José Marcelo da Silva, vulgo Neném, estes componentes da quadrilha de Sérgio.

Assim, por vingança, os denunciados se reuniram para executar a vítima, de modo que a mesma não pudesse esboçar qualquer reação.

Após regular instrução do feito, os acusados Sandro e Elias foram pronunciados como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal (fls. 566/571).

Inconformada com a decisão, a defesa de Sandro interpôs o presente recurso (fls. 582/604), pugnando, em sede preliminar, pela nulidade do *decisum* por cerceamento de defesa, devido a realização de audiência de inquirição de testemunha sem a intimação do advogado constituído nos autos, bem como diante da ausência de fundamentação no que concerne às qualificadoras do homicídio. No mérito, pugna que seja operada a impronúncia, ante a ausência de indícios suficientes de autoria delitiva atribuída ao acusado.

O Ministério Público, em sede de contrarrazões (fls. 606/612), pugna pelo não provimento do recurso, com a manutenção da decisão em todos os seus termos.

Na oportunidade do juízo de retratação, a magistrada manteve integralmente a decisão de pronúncia à fl. 622.

A Procuradoria de Justiça, em parecer (fls. 645/648), opina pelo não provimento do recurso.

É o Relatório. Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

Recife, 06 de junho de 2014.

Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

---

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0004500-76.2014.8.17.0000 (0334174-6)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: SANDRO CIRIACO DE PAULA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por Sandro Ciriaco de Paula contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, que o pronunciou como incurso nas penas do art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Inconformada com a decisão, a defesa interpôs o presente recurso (fls. 582/604), pugnando, em sede preliminar, pela nulidade do *decisum* por cerceamento de defesa, devido a realização de audiência de inquirição de testemunha sem a intimação do advogado constituído nos autos, bem como diante da ausência de fundamentação no que concerne às qualificadoras do homicídio. No mérito, pugna que seja operada a impronúncia, ante a ausência de indícios suficientes de autoria delitiva atribuída ao acusado.

Inicialmente, passo à análise das preliminares suscitadas.

660



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

**Preliminar de nulidade: ausência de intimação da defesa em audiência de inquirição de testemunha**

Alega a defesa que a testemunha João Joaquim Alves Neto, arrolada pela acusação, foi inquirida à fl. 499 sem a presença do réu e do seu defensor constituído, o que causou prejuízos ao recorrente, pelo que pleiteia a nulidade do feito.

Em análise dos autos, verifico que tanto o réu como seu defensor constituído não foram pessoalmente cientificados da oitiva da referida testemunha de acusação. Contudo, conforme entendimento consolidado no âmbito dos tribunais pátrios, a ausência de intimação da expedição de carta precatória constitui nulidade relativa, nos termos da Súmula nº 155 do STF, dependendo da demonstração de efetivo prejuízo.

Na hipótese dos autos, ainda que o advogado constituído pelo réu não tenha comparecido à oitiva da testemunha, o magistrado *a quo* designou Defensor Público para a realização do ato, visando garantir a defesa dos interesses do acusado, razão pela qual não vislumbro a ocorrência de prejuízo.

Demais disso, a testemunha ouvida na Comarca de Carpina não foi a única em cujo depoimento se escorou a decisão de pronúncia, de modo que, ainda que remotamente se reconhecesse a nulidade da prova colhida, ainda assim não haveria que se falar em nulidade da pronúncia, vez que as demais provas obtidas seriam suficientes para justificar a submissão do recorrente a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Como bem destacou o magistrado de primeiro grau, *"As declarações prestadas pela testemunha ouvida através da carta precatória se coadunam com as demais provas testemunhais colhidas nos autos. Ademais, mesmo que fosse reconhecida a nulidade do ato requerido pela Defesa, a citada testemunha prestou depoimento em sede policial e ratificou tal versão em juízo, e conforme jurisprudência do STF e do STJ, a decisão de pronúncia pode ser fundamentada em elementos colhidos na fase policial (Precedentes do STJ e do STF)"*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

661

Dessa forma, não tendo o recorrente logrado êxito em comprovar que sofreu algum prejuízo, o que é imprescindível para o reconhecimento da nulidade, rejeito a preliminar suscitada.

**Preliminar de nulidade: ausência de fundamentação das qualificadoras do homicídio**

Pugna a defesa pela nulidade do feito, por ausência de fundamentação no tocante às qualificadoras do homicídio na decisão de pronúncia.

Contudo, é cediço que a exclusão das qualificadoras, nesta fase procedimental, somente deve acontecer quando manifestamente improcedentes e descabidas, o que não se verifica nos autos. Com efeito, neste momento não se exige prova plena da existência das circunstâncias do crime, devendo a controvérsia ser dirimida pelo Tribunal do Júri, que decidirá acerca da existência de provas suficientes para a condenação, inclusive no que tange à eventual circunstância qualificadora.

Nesse sentido:

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. QUALIFICADORA. RECURSO QUE DIFICULTOU OU TORNOU IMPOSSÍVEL A DEFESA DA VÍTIMA. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. DÚVIDA. SOBERANIA DO JÚRI. 1. Esta Corte firmou entendimento de que só devem ser excluídas da sentença de pronúncia as circunstâncias qualificadoras manifestamente improcedentes, sem amparo nos elementos dos autos, uma vez que não se deve usurpar do Tribunal do Júri o pleno exame dos fatos da causa. 2. Inexistindo prova plena que afaste, indubitavelmente, a procedência da qualificadora, mais prudente a manutenção daquela circunstância, nesta fase do procedimento, cabendo ao Conselho de Sentença deliberar se a vítima teve ou não chance de reagir enquanto era agredida. 3. Recurso especial provido para, cassando o acórdão recorrido, restaurar a qualificadora do recurso que impossibilitou/dificultou a defesa da vítima na decisão de pronúncia (STJ, REsp 1.284.811/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 01/07/2013).

662



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

*In casu*, caberá ao Conselho de Sentença o acolhimento ou não das qualificadoras previstas no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do CP, vez que as provas produzidas não afastam a possibilidade de o crime ter sido cometido por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima.

Posto isto, rejeito a preliminar suscitada.

**Mérito**

Conforme dispõe o art. 413 do Código de Processo Penal, a pronúncia, por se tratar de decisão meramente declaratória, necessita apenas da prova da materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria, o que se faz mediante uma análise ponderada do conjunto probatório. Ao Conselho de Sentença, por sua vez, cabe dirimir a dúvida, em respeito ao princípio *in dubio pro societate*, que vigora nesta fase processual e, também, ao princípio da soberania do Tribunal do Júri para decidir sobre crimes dolosos, tentados ou consumados, contra a vida.

No caso *sub examine*, a materialidade está comprovada pela Perícia Tanatoscópica de fls. 34/35 e pelo Exame em Local de Homicídio de fls. 109/122.

No que tange à autoria delitiva, infere-se que as provas colhidas até o presente momento consubstanciam-se em indícios suficientes para submeter o acusado a julgamento popular.

Por sua relevância, colaciono trecho das declarações do genitor da vítima, Sr. Clélio Batista Leão, prestadas em sede policial, o qual aponta o acusado como um dos autores do homicídio (fl. 53):

"Que no dia de ontem descobriu a verdade sobre o homicídio de seu filho Peão; Que Peão foi assassinado por Pirro (irmão de George, vulgo Toco, morto no carnaval) e por Biza (sobrinho de Toco, morto no carnaval); Que a dica da morte foi dada por Chupeta, pois ele também queria se vingar de Peão; Que Pirro e Biza queriam se vingar de Peão porque descobriram que Peão deu a dica ao Bonde do Salsa de onde estavam Toco e Diego, para que o Bonde pudesse matá-los (...)"





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

663

Nesse sentido, importa destacar, ainda, os seguintes depoimentos coligidos aos autos:

"(...) Que o comentário é que o Pirro matou o Peão por que o Peão estava envolvido na morte do irmão de Pirro (...)" (João Joaquim Alves Neto, fls. 70/71)

"(...) Que perguntado quem foi que matou Maykson, conhecido como Peão? Respondeu que foram Sandro, conhecido por Pirro e Marzukieverson, conhecido por Marzuki (...)" (Esron Cupertino da Silva, fls. 85/87)

"Que perguntado o que sabe sobre a morte do Maykson, vulgo Peão? Respondeu que o declarante estava no Clube Guarani, quando ficou sabendo que o Peão tinha sido assassinado; Que o declarante ficou sabendo que foram Marcio, Marzuki, Alef (Hominho), Pirro e Biza, que mataram o Peão; Que o comentário é que eles tenha matado o Peão por que ele pegava a droga para vender e não pagava, ele sempre pagava só a primeira remessa e depois não pagava mais (...) Que perguntado se o Pirro tem histórico de mortes na Vila da Fábrica? Respondeu que não sabe de mais nenhum caso fora o do Peão, mas dizem que se o 'cara' der bobeira o Pirro 'aperta' mesmo e 'faz' o cara (...)" (Cleudson Tavares Fernandes, fls. 124/125)

"(...) que o Peão vendia drogas para o pessoal da Aldeia de Baixo e depois passou a vender para o pessoal da Vila da Fábrica; Que ficou sabendo que o Peão tinha participação na morte de Diego e Toco, durante o carnaval do ano passado; Que o Toco era irmão de Pirro e primo de Biza, então o Pirro queria se vingar do Peão por causa da morte do Toco; Que se juntaram Pirro, Biza, Marzuki, Marcio e Alef, para matar o Peão (...)" (Reinaldo José da Silva, fls. 130/131)

É sabido que a pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação (juízo fundado de suspeita), pelo qual o acusado é submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, seu juízo natural. Seu implemento prescinde de prova inequívoca de autoria, sendo suficiente, portanto, a existência de meros indícios.

Assim, para que se prolate decisão de pronúncia, é suficiente, como no caso em apreço, a comprovação da materialidade, bem como a presença de indícios de autoria, pois, mesmo pairando dúvidas, não há que se falar em impronúncia. Basta o conflito para viabilizar o *jus*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

*accusationes*. Como sabido, nesta fase procedimental, as dúvidas resolvem-se em favor da competência constitucionalmente assegurada ao Tribunal do Júri, em detrimento do brocardo jurídico *in dubio pro reo*.

Assim, sem adentrar no mérito da causa, vislumbrando apenas a existência de indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime, entendo que deve ser mantida a decisão do Juízo de primeiro grau que pronunciou o réu.

Posto isto, o meu voto é no sentido de **negar provimento** ao presente recurso, mantendo-se a sentença de pronúncia do Juízo *a quo* em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 1<sup>o</sup> de julho de 2014 .

  
**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**  
**Relator**